

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO VIII



COIMBRA / 1959

*tico*, o final do seu tratado sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo; *Igrejas e Seitas na América do Norte* (1906), caracterizando a função das comunidades religiosas nos Estados Unidos e os tipos sociológicos das seitas comparados com os das Igrejas; a *Introdução à influência das religiões universais sobre os conceitos éticos na Economia*, e o estudo *Tendências e graus do ascetismo religioso* relacionam-se com a análise sociológica, histórico-universal e comparativa dos sistemas culturais e sociais no propósito de penetrar empiricamente no problema central das relações entre os factores espirituais e materiais do processo histórico.

A tábua cronológica das datas biográficas de Max Weber, a bibliografia das suas publicações, numerosas notas explicativas e extensos comentários, além dum índice onomástico e outro ideográfico, completam o volume.

A Introdução, da autoria de Eduard Baumgarten, esboça os traços mais característicos da -personalidade e da obra de Max Weber.

ALBIN EDUARD BEAU

D. João V. *Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte (1750-1950)*. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, 1952. 166 pp., c. ilustr..

Prosseguindo na sua louvável acção cultural, a Câmara Municipal de Lisboa reuniu em volume as conferências pronunciadas durante a exposição *Lisboa Joanina* C<sup>1</sup>), que esteve aberta no palácio Galveias, de 7 a 24 de Dezembro de 1950, e que (fez parte das comemorações centenárias «do falecimento do Monarca que tão grandes serviços prestou à cidade». A estes trabalhos juntou ainda alguns estudos sobre a figura e a obra do *Magnânimo*.

O livro abre com um ensaio de carácter geral, da autoria de João Ameal, sobre *D. João Vea sua época* (pp. 7-2<sup>2</sup>). O A. começa por considerar o monarca *na* sua época, dentro do ambiente que encontrou «quando subiu ao trono e enquanto exerceu o

0) iFoi publicado catálogo: *Exposição Lisboa Joanina*, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, 1950.

governo», o que o leva a dedicar algumas páginas ao absolutismo do século XVIII, à influência de Luís XIV e à política de prestígio de D. João V. Mas como o soberano «possui uma tal personalidade que marca de maneira insuperável a sua época», o A. não quer deixar de nos dar um quadro, rãpidamente esboçado, das suas principais realizações, desde o campo da arte e da cultura até ao da economia e do domínio ultramarino. As últimas páginas são consagradas à personalidade do Rei, à sua política externa e à sua fidelidade «è tradição paternalista da nossa Monarquia».

No capítulo sobre D. *João Vea Arte* (pp. 23-39) o Prof. Reinaldo dos Santos não pretendeu fazer «a enumeração fastidiosa e vã das obras de arte do reinado de D. João V», mas sim responder à pergunta: houve um estilo D. João V? A análise da arquitectura, escultura e pintura leva-o a uma conclusão negativa. Nas «artes menores», porém, há que distinguir. Se o mobiliário a que vulgarmente se aplica a designação «estilo D. João V» não passa, em geral, de boa imitação do mobiliário inglês da época («uma coisa é copiar bem, outra é criar um estilo»); se o estudo, pouco adiantado, da ourivesaria joanina não permite formular desde já conclusões seguras; em compensação, no azulejo e na talha decorativa pode legítimamente falar-se de um estilo D. João V. Para o A., a inexistência deste estilo nas artes maiores, e especialmente na arquitectura, resulta de dois motivos principais: a ausência de um «ambiente de glória ou exaltação espiritual, capaz de gerar uma expressão nacional de arte — um estilo — como no reinado de D. Manuel», e o facto de os grandes monumentos «que poderiam ter estimulado os artistas nacionais e a criação renovadora e original» terem sido entregues a mestres estrangeiros. Neste reinado houve mais um ambiente de magnificência do que uma exaltação espiritual. O que não quer dizer que se negue ao soberano «o seu gosto e a sua indiscutível e generosa protecção às artes».

Em *A cidade de D. João V* (pp. 41-63) Gustavo de Matos Sequeira dá-nos algumas páginas vivas e saborosas sobre a Lisboa joanina, com as suas grandezas e misérias. A vida cortesã, religiosa e popular é descrita com abundantes pormenores, que o A. soube colher numa grande variedade de fontes, daí resultando «o quadro preciso e nítido da Lisboa de D. João V». Não foram esquecidos, naturalmente, o desenvolvimento da cidade, os seus problemas internos e a realização de importantes trabalhos públicos.

«D. João V pôde deixar uma obra», da qual a capital beneficiou largamente.

Em muitos outros aspectos se manifestou de forma decisiva a acção do monarca, designadamente no da música, como bem mostra Mário de Sampaio Ribeiro no capítulo intitulado *EUrei D. João, o Quinto, e a música no seu tempo* (pp. 65-89). No princípio do reinado, o país tinha uma produção musical muito vasta, «mas insignificante quanto ao valor intrínseco e ao valor estético». Enfrentando essa situação de decadência, D. João V criou «organismos adequados ao ensino do cantochão e ao da música métrica, com o âmbito consideravelmente alargado quanto ao campo profano e ao instrumental, sendo o ensino confiado à direcção de comprovadas competências estrangeiras, enquanto não houvesse nacionais à altura das circunstâncias»; enviou músicos para a Itália, a fim de se instruírem; e deu a estas iniciativas as bases financeiras indispensáveis. Em consequência destas medidas, «a Música portuguesa voltou a estar a par do melhor que por essa Europa se produzia».

Num livro destinado a focar alguns dos principais aspectos da época joanina não podia ficar esquecida a política externa e por isso lhe é dedicado o último capítulo da obra (pp. 91-141). Foi escrito pelo Visconde de Carnaxide, que o intitulou *D. João Veo Brasil*. O subtítulo esclarece que se trata de um «ensaio sobre a política atlântica de Portugal na primeira metade do século xviii». Não é, nem pretende ser, uma completa história diplomática do reinado. É simplesmente um ensaio, por vezes original e sempre documentado, que procura mostrar a extraordinária importância do Brasil, e em especial do problema das suas fronteiras, na orientação da política joanina: D. João V «governava de costas voltadas para a Europa porque a sua ideia fixa era o Brasil». Em apenso (pp. 147-153) o A. publica o «fragmento de um estudo» — que um dia gostaríamos de ver desenvolvido, dada a importância do tema — sobre *O lado financeiro da colonização portuguesa*, especialmente no Brasil de D. João V.

Numa obra que é, intencionalmente, de homenagem ao Rei *Magnânimo*, não admira que uma ou outra página resvale para o panegírico. Mas, considerado em conjunto, o livro lê-se com interesse e utilidade. Esta seria ainda maior se todos os autores dessem referências precisas das fontes utilizadas, como fez o Visconde de Carnaxide (e, em parte, M. de Sampaio Ribeiro). Esses estudos

não perdem o seu valor, sem dúvida, mas poderiam ainda valer mais como instrumentos de trabalho para outros investigadores.

Devemos agora fazer referência a algumas pequenas inexactidões e a opiniões discutíveis que encontrámos nestas páginas.

Assim, lemos que a *Symmicta Lusitanica* é uma colecção de documentos «que enchem duzentos volumes hoje guardados na Biblioteca da Ajuda» (p. 15), quando na realidade a colecção se chama *Rerum Lusitanicarum* e o nome acima referido só diz respeito a uma parte dela, como já tinha observado Herculano (2).

A Biblioteca da Universidade de Coimbra teria levado «dezas-seis anos a construir» <(p. 15), — o que não pode ser exacto, porque a obra foi iniciada em 1717 e terminada em 1728 (3).

O naturalista Merveilleux, que realizou estudos de história natural no nosso país, não era «francês» (p. 16), mas sim suíço (4).

D. João V teve «o projecto de uma reforma ampla dos Esitudos Superiores, que só não conduz avante devido à prolongada doença dos seus últimos anos» (p. 16). Ora, o projecto de reforma universitária é muito anterior ao início da doença do Rei. A causa de não ter ido avante parece estar na falta de decisão para vencer a oposição da própria Universidade à reforma (5).

Menciona-se, entre as obras do *Magnânimo*, «o sistemático esforço de repovoamento florestal» (p. 17). Conhecem-se, realmente, algumas interessantes medidas joaninas neste sentido (6), mas parece exagerado falar de esforço *sistemático*.

Também não cremos que Alexandre de Gusmão tenha sido «tão hostil» a D. João V como se pretende (p. 18). Uma ou outra

(2) iE. Brasão, *D. João V. Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, 1945, pp. 18, 36-44.

(3) J. Ramos Bandeira, *Universidade de ICoimbra. Edifícios do corpo central e casa dos Melos*, t. I, Coimbra, 1943, p. 140.

l(4) !L. Ferrand de Almeida, *A propósito do «Testamento Político» de D. Luís da Cunha*, Coimbra, 1948, pp. 15-16 e nota 19; Ayres de Carvalho, *D. João Vea Arte do seu tempo*, vol. I, s. 1. n. d. (1960), pp. (7-10; B. de Fischer, *Dialogue Luso-Suisse. Essai sur les relations Luso-Suisses à travers les siècles*, Lisboa, 1960, pp. 150-152.

>(5) J. S. da Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia (Sécs. XVI a XVIII)*, ICoimbra, 1953, p. 276.

(6) iColecção *ohronologica de leis extravagantes*, t. I (Decretos, cartas, etc.), Coimbra, /1819, pp. 286 ie 294. Cfr. Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, t. V, Coimbra, 1928, p. 346,

frase irónica não pode destruir as palavras de profundo reconhecimento e admiração escritas pelo célebre diplomata pouco depois da morte do soberano (7). Nem a suposta hostilidade seria muito compatível com o cargo de secretário do Rei, exercido por Gusmão durante vinte anos (1730-1750).

Diz-se «feito o Tratado de Utreck (*sic*) em 1712» (p. 45), talvez por simples erro tipográfico, pois, algumas linhas abaixo, «Espanha e Portugal, em 1715, punham um ponto final na extenuante e inútil Guerra da Sucessão», enquanto a paz com >a França já tinha sido assinada em 1713.

Não nos parece exacta a afirmação de que «entre 1580 e 1640, a soberania de Portugal e a da Espanha andaram confundidas sob um mesmo Cetro, do que resultou não haver motivo para se pensar na barreira divisória fixada em Tordesilhas» (p. 93). Se o Rei era o mesmo, os reinos eram diferentes, e portanto não havia confusão de soberanias. Nem a demarcação de Tordesilhas, durante o período filipino, deixou de continuar em vigor, na América e no Oriente. Não faltam documentos a prová-lo (8). Ainda em 1639, nas vésperas da Restauração, uma junta constituída em Madrid para tratar dos danos causados pelos paulistas propunha que, pela Coroa de Portugal, se publicasse provisão ou lei «para que los Portugueses del Brasil no puedan pasar de la linea de la demarcación que ay entre aquella Corona y la de Castilla...»<sup>1</sup> (9).

Escrever que «El-Rei de Portugal houve por bem não aderir à Quádrupla Aliança» de 1718 porque «governava de costas voltadas para a Europa» (p. 97) é dar uma ideia demasiado esquemática e pouco exacta de uma questão que foi realmente mais complexa. Portugal evitou, a princípio, entrar na Aliança, mas, após a queda de Alberoni (Dezembro-H719), e na previsão da paz próxima, procurou aderir, a fim de ter apoio diplomático no

(7) J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, parte II, t. I, Rio, 1950, pp. 13 e 23'8.

(8) Cfr. F. P. Mendes de Luz, *O Conselho da Índia*, Lisboa, 1952, pp. 156-171, e *Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas*, Lisboa, s. d.; L. Ferrand de Almeida, *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, vol. I, Coimbra, 1957, pp. 66 (nota 245), 2'77-2'81.

(9) Ci-t. por L. Ferrand de Almeida, *A diplomacia portuguesa*, vol. I, pp. 2<79-280.

futuro congresso, onde seriam tratadas as *dependências* que tinha com a Espanha. A 27 - Janeiro - 1720 já Diego de M. Corte Real escrevia a D. Luís da Cunha: «Ha tempo que S. Mag.<sup>e</sup> expedio as ordens e plenos poderes necessarios para ou em Paris ou Londres acceder a quadruple Alliança» (10). A negociação durou anos (1720-1724), mas não chegou a qualquer resultado positivo para nós, devido à oposição da França, por motivos que hoje se conhecem (41).

A certa altura dá-se a entender que a proposta dos casamentos dos príncipes de Portugal e Espanha foi formulada por D. João V (p. 100), quando a verdade é que os documentos conhecidos nos fazem crer que ela partiu da corte espanhola (12).

Não será excessivo afirmar que «em 1725, pouco antes dos casamentos dos Príncipes, estivéramos às portas da guerra com Castela» (p. 108)? Pelo menos, o documento resumido por Santarém (13), e no qual o A. provavelmente se fundou, não permite tal conclusão. Fala-se de preparativos militares, mas não se diz que esteja iminente a guerra.

Finalmente, a disposição do tratado de Madrid «que estabelece que as disputas entre as duas Metrópoles não tinham que se comunicar às duas Colónias, pelo que estas deviam manter-se em paz, mesmo que aquelas entrassem em guerra uma contra a outra», não basta para afirmar que «está aqui o substrato da doutrina de Monroe, no que ela possui de essencial» (p. 123). O A. segue Rodrigo Octavio, para quem Alexandre de Gusmão foi um «precursor de Monroe» (14). Ora, como bem observou Jaime Cortesão,

(10) ;Bi-bl. da Acad. das Ciências (B.A.C.): Ms. 621-A.

(11) Cfr. *Relação, que comprehende as ordens sobre a negociação da Acessão de S.Mag.<sup>de</sup> à Quadruple Alliança (1720)* — B.AjC.rAfs. 592-A.; Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. V, 'Paris, 1845, pp. L-LXXXV, 206-229; Saint-Aymour, *Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France*, t. III (*Portugal*), Paris, 1886, pp. 274-277; E. Brasão, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. I, Porto, 1930, pp. 414-423.

(12) Cfr. Santarém, *Quadro elementar*, t. V, p. 240; Caetano Beirão, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua familia de Espanha*, vol. I, Lisboa, 1936, pp. LXI-LXVIII.

i(13) *Quadro elementar*, t. V, pp. 239-240.

(14) *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale*, Paris, 1930.

a introdução dos artigos xxi e xxv no projecto primitivo de Gusmão, por iniciativa de Carvajal, não revela «os alvares duma política monroista e pan-americana», pois o negociador espanhol apenas «visava, confessadamente, e dentro das realidades do seu tempo, eliminar toda a possibilidade duma agressão britânica, partindo de bases brasileiras, e desatar os vínculos, que uniam a Inglaterra e Portugal...» (15).

Não queremos terminar sem repetir: esta obra tem interesse e utilidade. Bom seria que outros aspectos menos estudados do reinado de D. João V fossem objecto, algum dia, de trabalhos do mesmo género.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

*Tratado de Maldri. Antecedentes—Colónia do Sacramento (1669-1749).* «Manuscritos da Colecção de Angelis», vol. v. Introdução, notas e sumários por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações. Rio de Janeiro, 1954. 470 págs..

Neste volume reuniu J. Cortesão 69 documentos da preciosa colecção De Angelis, guardada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sobre a Colónia do Sacramento e outros aspectos da expansão luso-brasileira para o sul nos fins do séc. xvii e primeira metade do séc. xviii.

Os textos foram agrupados em cinco partes, correspondendo a outros tantos temas ou assuntos, mas respeitando sempre a ordem cronológica.

A 1.<sup>a</sup> parte, intitulada *Fundação e primeira tomada pelos espanhóis da Colónia do Sacramento*, abrange documentos relacionados com o estabelecimento português de 1680, seus antecedentes e sua conquista e destruição.

(15) *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* ((Conferência), Lisboa, '1950, p. 35.